

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.**-----  
-----

--- Aos vinte e sete dias de dezembro de dois mil e doze, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.-----

--- **Dois**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.-----

--- **Três**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE.-----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE.-----

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DO ARTIGO SEIS, NÚMERO UM, ALÍNEA C) DA LEI OITO/DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO.-----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL.-----

--- **Sete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, EM, SA.-----

--- **Oito**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DA EMPRESA VIVER SANTARÉM, EM, SA.-----

--- **Nove**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO

DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Alfredo Condeço Amante, Ana Margarida Gomes Rodrigues Varajão, Bruno Miguel Góis Carreira, Carlos Manuel Segundo Nestal, Catarina Isabel Santos da Silva Campos, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Gustavo Manuel da Silva Murteira, Idália Maria Marques Salvador Serrão, Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, José Manuel Vaz da Silva Augusto, Luís Emílio Rodrigues Duarte, Luís Miguel Santana Justino, Manuel Maria Lagos Pedroso, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Maria José Gonçalves Dionísio, Maria Margarida Mendes Cerejo Veloso Dias, Nuno Miguel Afonso Cardigos Antunes Fernandes, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, Rui Manuel Presúncia de Jesus Teresa Margarida batista Rodrigues Tavares e Tiago Alexandre Mendes Freitas Preguiça. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Maria da Graça Correia (representante da Junta de Freguesia de Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Salomé Gonçalves Vieira (Pernes), Luís Filipe Santana Júlio (Pombalinho), António João Ferreira Henriques (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Nuno Miguel Vieira Alves Ferreira (São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (São Salvador), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Maria Emília Serrão Massena Santos (Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e

Cátia Alexandra Neves Oliveira (representante da Junta de Freguesia de Vaqueiros). ----

--- Ausências justificadas: -----

--- Eduardo José Russo Gomes, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Manuel Joaquim Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede), César Manuel do Rosário Rei (Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo), Francisco Alberto Serrão Patrício (Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa da Isenta) e José António Guedes Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Várzea).

--- Pediram a substituição nos termos da lei e do Regimento:-----

--- Edgar da Rocha Gouveia, José Miguel Raimundo Noras, Maria Honorata Vinagre Ferreira e Teresa Maria Martins Rodrigues.-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Teresa Catarina Pereira Maia, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, António José da Piedade Carmo, Maria Luísa Costa Ferreira Goes Féria, António Francisco Batista Valente, Maria Teresa Roque do Rosário Azoia, e João Miguel da Silva Lucas.-----

--- Ausências:-----

--- Ludgero António de Jesus Mendes. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando da ausência do senhor Carlos António Marçal, Primeiro Secretário da Mesa, convidando o senhor Adelino Cruz a assumir aquelas funções. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** teceu algumas considerações em relação ao que se passou na sessão extraordinária da Assembleia de nove de outubro, na qual houve comportamentos quer do público quer de alguns membros desta Assembleia que não são dignos deste órgão autárquico. -----

--- Referiu ter havido comportamentos que não pode deixar passar em claro, que resultaram num pedido de desculpa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros que aceitou mas que não esquece. -----

--- Salientou que jamais irá permitir que numa assembleia que esteja a dirigir os trabalhos esta seja insultada como foi, mesmo que isso implique prejuízos para o Município em

termos de decisões.-----

--- Agradeceu a forma exemplar como as forças policiais intervieram. -----

--- Seguidamente, informou que por solicitação do senhor Presidente da Câmara, foi retirado o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos da presente sessão. Colocou à consideração da Assembleia a inclusão das seguintes Propostas: “Contratação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município de Santarém – Exercício dois mil e doze e dois mil e treze – Adjudicação” e “Abertura de Procedimento para a Concessão do direito de Exploração de Espaços Públicos, para Instalação de Postos de Sinalética Direcional, no Perímetro Urbano da Cidade de Santarém”, tendo o Plenário por unanimidade concordado, ficando a referida Ordem de Trabalhos ordenada da seguinte forma: -----

--- **Um**–APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

--- **Três**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE. -----

--- **Quatro**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE. -----

--- **Cinco**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, – EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DOZE E DOIS MIL E TREZE – ADJUDICAÇÃO. -----

--- **Seis**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE SINALÉTICA DIRECIONAL, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SANTARÉM. -----

--- **Sete**–APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE

SERVIÇOS TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

--- **Oito**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, EM, SA. -----

--- **Nove**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DA EMPRESA VIVER SANTARÉM, EM, SA. -----

--- **Dez**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão e votação a Ata número dezassete/dois mil e nove-dois mil e treze, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Ricardo Segurado** que perguntou quais os desenvolvimentos no tocante ao Hotel da Encosta da Caramona. -----

--- Alertou para as más instalações sanitárias junto à Estação Caminho de Ferro na Ribeira de Santarém. -----

--- Salientou que os elevadores do parque subterrâneo há largos meses que não funcionam, questionando se o Município já tomou algumas medidas em relação a esta situação. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Abílio Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, que deu conhecimento de como decorreu o último congresso extraordinário da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, sob o lema “Mais poder local, melhor Portugal”, no qual foram debatidos dois grandes temas: “A autonomia do poder local – Financiamento do poder local” e “Reorganização territorial do Estado”. -----

--- Referiu que, no seu entender, o congresso tornou-se demasiado partidarizado, tendo as moções e as conclusões finais sido aprovadas já com abandono da maioria dos delegados ao congresso. -----

--- Informou que disponibilizou à Mesa desta Assembleia as referidas moções e

conclusões, para consulta.-----

--- Depois, o senhor **Nuno Cardigos** manifestou o seu agrado com a requalificação do relvado do Campo Chã das Padeiras, querendo saber se este espaço irá ser objeto de algumas obras face à realização do jogo de futebol entre Portugal e a Eslovénia no próximo mês de janeiro.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **José Luís Cabrita** que chamou a atenção para a degradação do parque infantil de Alcanhões que é um perigo para as crianças que porventura ainda utilizem este espaço, bem como para a deformação do pavimento da estrada que dá acesso à ETAR de Alcanhões.-----

--- Referiu não entender por que razão a passagem de nível em Alcanhões, que faz a ligação ao campo, se encontra encerrada e por que motivo não foi encontrada uma solução semelhante àquela que a REFER adotou para Vale de Figueira.-----

--- Salientou a falta de limpeza dos contentores do lixo no concelho e concluiu, alertando para o prédio em ruínas junto à Casa do Brasil que é um perigo para quem ali circula. ---

--- Foi dada a palavra ao senhor **Fernando Mendonça Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que teceu algumas considerações relativamente à atual situação económica e social do País, referindo que a política de austeridade da Troika, aplicada pelo atual Governo, tem originado uma violência social, acentuando um retrocesso na economia nacional que coloca em causa os princípios democráticos.-----

--- Perguntou para quando têm início os trabalhos da estrada municipal três – cinco, a reparação da iluminação na rua Júlio Malfeito e largo Vitorino de Carvalho, assim como a reparação da travessa dos Agulheiros.-----

--- Concluiu, alertando para a necessidade de limpeza dos contentores do lixo e da sua freguesia, considerando que esta limpeza deveria ser fiscalizada semanalmente.-----

--- Tomou a palavra, depois, o senhor **Aires Lopes** que perguntou qual o ponto de situação da estrada que liga São Domingos à Estrada Nacional três.-----

--- Chamou novamente a atenção para o perigo das passadeiras para peões junto ao shopping, bem como para os acidentes que têm ocorrido na rotunda de São Domingos que já causaram diversas vítimas, inclusive duas mortais.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Nestal** que salientou já ser conhecida a falta de limpeza dos contentores do lixo, perguntando quando foi efetuada a desinfeção dos mesmos. -----

--- Questionou que medidas foram tomadas pelo senhor Presidente da Câmara, enquanto responsável pelo pelouro das freguesias, de modo a evitar que as Juntas de Freguesia continuem a ser objeto de penhoras, assim como relativamente a uma recomendação aprovada por esta Assembleia para que a Câmara Municipal de Santarém assumisse algumas dívidas das Juntas de Freguesia a fornecedores. -----

--- Usou da palavra, seguidamente, a senhora **Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santarém, que solicitou esclarecimentos em relação a um conjunto de obras para a sua freguesia, nomeadamente o arranjo da rua do Açude, o alargamento do cemitério da sua freguesia, a substituição do pavimento do ringue do polidesportivo de Vale de Santarém. -----

--- Referiu a necessidade de ser encontrada uma solução para o imóvel que era pertença de Rosa Tomás.-----

--- Foi dada a palavra, depois, a senhora **Salomé Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, que referiu que o ano que agora termina caracterizou-se pelas dificuldades no quadro de uma crise sem precedentes financeira, económica e social que teve como consequência direta o empobrecimento da população. A este pano de fundo acresce a instabilidade provocada pelo processo da reorganização administrativa territorial autárquica e pela entrada em vigor da Lei dos Compromissos que resultou na fragilização da política autárquica. -----

--- Acresce a tudo isto o desgaste permanente pelas tentativas da retirada de serviços essenciais, no caso de Pernes, o Balcão da Segurança Social, o Posto da GNR e a Estação dos Correios, numa persecução de políticas cada vez mais centralizadoras que têm conduzido à desertificação do concelho e do país. -----

--- Prosseguiu, salientando que o balanço dos últimos três anos de mandato, na sua opinião, é bastante negativo, o complexo desportivo e a zona industrial de Pernes, projetos estratégicos para Pernes não foram concretizados, tendo apenas avançado a obra de requalificação do Mouchão de Pernes, mas até esta, que depende da conclusão da obra

da responsabilidade da Agencia Portuguesa do Ambiente não pode avançar.-----

--- Concluiu, condenando veementemente todo o processo da reorganização administrativa territorial autárquica e o processo de conclusão das obras do Mouchão e do Rio Alviela, criticando que responsáveis políticos continuem a querer justificar o injustificável.-----

--- Depois, o senhor **Manuel Pedroso** interveio felicitando o executivo municipal pelo primeiro concurso para habitação jovem no concelho de Santarém, permitindo aos jovens com idade não superior a trinta e cinco anos poderem se candidatar a apartamentos T-um na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém. -----

--- Destacou o novo relvado do Campo Chã das Padeiras que irá permitir receber a Seleção Nacional Sub-Vinte para a realização de um jogo com a Seleção da Eslovénia.--

--- Saudou também o executivo municipal pelos projetos que tem vindo a desenvolver ao nível das ciclovias. -----

--- Foi dada palavra, de seguida, ao senhor **Tiago Preguiça** que solicitou esclarecimentos sobre os custos com os projetos relacionados com o protocolo com o Jockey Club de S. Paulo e o novo Cemitério de Santarém, que não passaram de promessas.-----

--- Seguidamente, interveio a senhora **Idália Serrão** que afirmou ser público a posição de alguns municípios do Médio Tejo de passarem a integrar uma nova comunidade intermunicipal, que a confirmar-se um novo desenho geram-se desequilíbrios no desenvolvimento económico e social da região, perguntando qual é a estratégia de reposicionamento do Município de Santarém para afirmar e capitalizar a sua centralidade.

--- Questionou qual a posição do senhor Presidente da Câmara em relação à nova Lei da Finanças Locais, nomeadamente sobre a colocação de um gestor da dívida nos municípios mais endividados, como é o caso de Santarém. -----

--- Considerou que o investimento no concelho de Santarém é praticamente inexistente, dando a sensação de que agora apenas se faz a gestão da dívida, querendo saber qual a estratégia da Câmara para o desenvolvimento do concelho de Santarém. -----

--- Salientou que o problema de poluição do Rio Maior e da Vala da Asseca continua, apesar do aumento dos caudais, perguntando qual a estratégia do município para a



implementação da Agenda XXI.-----

--- Concluiu, alertando para o problema de excesso de velocidade na estrada nacional cento e catorze – dois, dentro da povoação de Almoester, tendo já ocorrido ali vários acidentes graves, questionando que medidas já foram tomadas para resolver esta questão.

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Luís Emílio Rodrigues** que lembrou que a Câmara Municipal de Santarém aprovou o início do procedimento para a elaboração de um Plano de Pormenor para a zona a sul da EB dois, três, D. Manuel I, em Pernes, com a finalidade de executar o Complexo Desportivo de Pernes e urbanização nos terrenos sobrantes. A forma apontada para a concretização desta necessidade foi através de uma parceria público-privada com a empresa A. Machado & Filhos, Lda, tendo esta deliberação camarária sido aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal em vinte e seis de fevereiro de dois mil e nove.-----

--- Referiu que foram estabelecidos protocolos com os proprietários dos terrenos necessários para a concretização do projeto, cujo prazo para a conclusão da urbanização seria trinta e um de dezembro de dois mil e treze. Como nada foi feito entretanto, pois até o procedimento para a obra de construção do pavilhão desportivo, cujo projeto tinha sido aprovado pelo QREN, foi mal elaborado, sendo chumbado pelo Tribunal de Contas e face à notícia publicada no jornal “O mirante” de vinte de dezembro em que refere que a Câmara de Santarém terá de compensar proprietários de terrenos de Pernes, perguntou se a Câmara Municipal reconhece que existe o comprometimento do Município, através de protocolo, em se substituir à empresa acima referida, caso esta não cumpra o protocolado, através do pagamento de duzentos mil euros aos proprietários do terreno denominado Vale das Fontes e se existe ou não uma carta de conforto assinada pelo senhor Presidente da Câmara a confirmar essa responsabilidade.-----

--- Questionou ainda, se a Câmara Municipal é a proprietária de parte ou da totalidade desses terrenos recebidos em doação pela sociedade A. Machado & Filhos.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que recordou que na última sessão desta Assembleia, a quando da discussão do PAEL, referiu que um dos pontos que prejudicou o PAEL foi o facto de ter sido encontrado um conjunto de imóveis que putativamente já pertenciam ao Município e que foram utilizados, pelo anterior Governo do PS, como

vendas fictícias para fazer face ao défice, perguntando à bancada do PS se já reconhece que um dos factos que prejudicou o PAEL foi precisamente esta irregularidade que agora também é referida pelo Tribunal de Contas.-----

--- De seguida, o senhor **Carlos Nestal** referiu que cabe ao Município a responsabilidade de saber se os imóveis são ou não propriedade sua, lembrando que por diversas vezes a bancada do PS questionou o Executivo Municipal sobre a titularidade desses imóveis, tendo sido dito que um deles já estava escriturado, havendo problemas com o registo de outros imóveis. -----

--- Considerou que a reformulação do PAEL não teve a ver com estes imóveis, prendeu-se com questões da despesa, de receitas e mapas mal elaborados. -----

--- Usou da palavra o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que chamou a atenção para o problema da recolha do lixo na sua freguesia, salientando que os contentores do lixo não são lavados há mais de um ano e meio. -----

--- Alertou para os ferros sem fitas que foram colocados para sinalização de casas devolutas na freguesia de Alcanhões que são um perigo para as pessoas que ali circulam.

--- Referiu que as obras na Escola de Alcanhões já foram concluídas, solicitando a fiscalização da Câmara para verificação dos acabamentos. -----

--- Quanto ao parque infantil mencionado pelo senhor deputado José Luís Cabrita, sublinhou a necessidade daquele espaço ser requalificado dado tratar-se do único parque infantil na freguesia de Alcanhões. -----

--- Concluiu, referindo que a estrada que dá acesso à ETAR de Alcanhões é da responsabilidade da Empresa das Águas de Santarém. -----

--- Seguidamente, no uso da palavra senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que o parque infantil de Alcanhões efetivamente necessita de algumas intervenções de modo a dar condições para que as crianças possam usufruir daquele espaço em segurança. -----

--- No que concerne à passagem de nível informou ter havido reuniões com a REFER tendo sido encontrada esta solução de comum acordo dado o número reduzido de veículos que ali passavam diariamente. -----

--- Quanto às questões relacionadas com o lixo referiu que está em curso o recrutamento

de pessoal para os serviços de recolha de resíduos sólidos, adiantando que a limpeza dos contentores já foi adjudicada e será efetuada no início do próximo ano.-----

--- No tocante aos edifícios devolutos referiu que o Município tem vindo a tomar algumas medidas, assumindo administrativamente a posses dos imóveis que estavam e risco iminente de derrocada, procedendo à sua demolição imputando as despesas aos proprietários. Todavia este procedimento tem custos elevados para a Autarquia. -----

--- Quanto à Ribeira de Santarém, informou que a estrada nacional trezentos e sessenta e cinco irá ser objeto de requalificação após a intervenção da Empresa das Águas de Santarém. Relativamente à iluminação da rua Júlio Malfeito estão a ser feitas diligências de modo a solucionar o problema, enquanto em relação à travessa dos Agulheiros já existe o projeto para lançar a obra de requalificação. -----

--- Prestou alguns esclarecimentos em relação ao trânsito, referindo que a rotunda de São Domingos foi mal concebida de início, existindo ali excessos de velocidade por parte de alguns condutores, adiantando que já existe um projeto para resolver este problema.

--- Salientou que o Município tem vindo a assumir, dentro das suas possibilidades, algumas das dívidas das Juntas de Freguesia a empreiteiros, lembrando que as dívidas das Juntas estão incluídas no PAEL ou no saneamento financeiro. -----

--- Relativamente ao Vale de Santarém referiu que não é possível concretizar todas as obras, salientando que o problema do cemitério está a ser equacionado. -----

--- Destacou que o Município de Santarém tem vindo a elaborar alguns planos rodoviários para as freguesias, conseguindo eliminar alguns dos pontos negros de sinistralidade automóvel nas freguesias do concelho. -----

--- Considerou que o melhoramento do relvado do Campo Chã das Padeiras é importante para a prática do desporto em Santarém. -----

--- Realçou que o projeto relacionado com o Jockey Club de S. Paulo é praticamente impossível de concretizar. -----

--- Em relação ao novo cemitério para Santarém, considerou que é necessário repensar este projeto e ser realista, sendo importante, em seu entender, rentabilizar o atual cemitério que tem condições para ter mais covais. -----

--- Quanto ao novo desenho para as novas comunidades intermunicipais, salientou que a

capitalidade de Santarém não está em causa está reforçada ao nível da CIMLT que está a trabalhar em conjunto.-----

--- No tocante à nova Lei das Finanças Locais, disse não concordar com os gestores da dívida pública, referindo que no computo geral os trezentos e oito municípios contribuem menos para o défice que duas empresas estatais, nomeadamente a RTP e a REFER, sublinhando que do ponto de vista do consolidadas os municípios, no seu global, não contribuíram para o défice, tendo apresentado superavit de cento e noventa e seis milhões de euros.-----

--- Depois, o senhor **Vereador João Teixeira Leite** informou em relação ao Hotel que a empresa titular encontra-se em recuperação financeira junto da banca cujo grande parte do seu património irá para estas instituições bancárias, realçando que o Município está a tomar medias para assegurar juridicamente que todas as responsabilidades inerentes ao protocolo celebrado no mandato anterior sejam assumidas pelo próximo titular deste imóvel.-----

--- Sublinhou o que disse no jornal “O Mirante” em relação aos terrenos para construção do Complexo Desportivo de Pernes, adiantando que tem havido reuniões com os proprietários dos terrenos de modo a resolver esta questão. -----

--- De seguida, o senhor **Vereador António Valente** esclareceu que um dos elevadores do parque subterrâneo já se encontra a funcionar, enquanto o outro elevador encontra-se em fase de reparação dado ter havido infiltrações de água que danificaram o seu mecanismo.-----

--- Seguidamente, a senhora **Vereadora Maria Teresa Azoia** informou em relação ao Rio Maior e à Vala da Asseca que o Município tem vindo a desenvolver diversos projetos no sentido de envolver as populações, tendo recentemente levado a cabo a reabilitação do Rio das Patas. Adiantou que está agendada uma reunião com a Secretaria de Estado do Ambiente para tratar da questão do Mouchão de Pernes. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que teve oportunidade de responder a todas as questões, considerando que muitas vezes aquilo que se quer fazer passar é a pergunta e não a resposta que é dada.-----

--- Salientou que irá averiguar o que se passa em relação aos sanitários na Estação

Caminho de Ferro na Ribeira de Santarém. -----  
--- Considerou no tocante à centralidade e à capitalidade que Santarém tem reforçado a sua capitalidade como capital de distrito. -----  
--- Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** dando início aos trabalhos com o **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----  
--- Foi dada a palavra ao senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu-se às barreiras de Santarém, perguntando se já foi pedido o orçamento ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil para a monitorização das encostas do planalto, dado que a Câmara assumiu esta responsabilidade. Perguntou também se para do Executivo esta é uma situação transitória, salientando que, no seu entender, a responsabilidade deste encargo deveria ser do Governo, até porque as barreiras do planalto é uma questão nacional. -----  
--- Depois interveio o senhor **Bruno Góis** que perguntou se Executivo Municipal tem como único plano para a redução de pessoal a aposentação antecipada de funcionários e quais os esforços que está a fazer para evitar despedimentos. -----  
--- A seguir, foi dada a palavra à senhora **Idália Serrão** que salientou que a bancada do PS ainda não obteve resposta a um conjunto de perguntas formuladas à Câmara, informando que iria entregar na Mesa um requerimento pedindo esclarecimentos sobre custos com publicidade. -----  
--- Solicitou esclarecimentos em relação ao Prémio Bernardo Santareno. -----  
--- Referiu que não viu na informação escrita qualquer referência a reuniões a propósito do Festival de Órgão patrocinado pela Servilusa, querendo saber o que se passou em relação a este Festival. -----  
--- Questionou quais as diligências tomadas pelo Executivo com vista à vinda do Comando Geral da GNR para as instalações da antiga Escola Prática de Cavalaria. -----  
--- Destacou que também não viu nenhuma referência a qualquer reunião sobre o Organograma da Câmara, considerando que este documento é uma confusão que vai desarticular toda a hierarquia do Município e criar conflitos. -----

---Interveio, seguidamente o senhor **Luís Emílio Duarte** que salientou que a informação escrita refere a realização de uma reunião com Secretário de Estado do Ambiente sobre o Mouchão de Pernes pelo que gostaria de saber os resultados dessa reunião e se foi indicada alguma data para a retoma dos trabalhos, assim como se já existe dinheiro para viabilizar a candidatura aos fundos comunitários. -----

---Perguntou em relação às obras que cabem à Câmara Municipal, ao nível do projeto de requalificação do edifício que serviu a antiga Casa de Chá e Restaurante, para quando é que se prevê o seu início e conclusão.-----

---Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** que prestou esclarecimentos no tocante à monitorização das barreiras, considerando que mais importante que a sua monitorização é a concretização da obra, daí as forças políticas terem sido convidadas a debruçarem-se sobre este assunto. -----

---Referiu no tocante à redução de pessoal que houve no final deste ano um número significativo de funcionários que solicitaram a aposentação que permitiu alcançar a meta definida pelo Governo, esperando que no próximo ano se consiga atingir essa meta por via da aposentação e da não renovação de contratos com alguns funcionários. -----

---Esclareceu que o Prémio Bernardo Santareno não parou, adiantando que foi por motivos de saúde da pessoa que está à frente deste Instituto que o referido Prémio não se concretizou, sublinhando que o mesmo irá continuar mas noutros moldes. -----

---Informou que o Festival de Órgão não se concretizou devido há falta de patrocínio. --

---Salientou que foram mantidas reuniões com os diretores de departamento sobre o novo organograma.-----

---Quanto ao Comando da GNR esclareceu que os contactos estabelecidos foram via telefone razão pela qual não estão mencionados no relatório. -----

---Relativamente ao Mouchão informou que foi solicitada nova reunião de modo a resolver esta questão da melhor maneira.-----

---Esgotadas as intervenções neste ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.**-----

---Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, que aprovou:-----

--- a) Criação, nos termos definidos no Regulamento dos Serviços do Município de Santarém (anexo I), que aqui se dá por integralmente reproduzido, de dez unidades orgânicas flexíveis (conforme artigo décimo do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém), assim como as suas respectivas atribuições e competências (conforme artigos vinte e oito e seguintes do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém);-----

--- b) Criação, nos termos definidos no Regulamento dos Serviços do Município de Santarém (anexo I), que aqui se dá por integralmente reproduzido, de uma equipa multidisciplinar, assim como o estatuto remuneratório dessa chefia, conforme se alcança expressamente do artigo doze do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém.

--- A aplicação das matérias constantes das alíneas anteriores, fica condicionada à aprovação, pelo órgão Deliberativo, do ponto seguinte.-----

--- Cabe-me submeter à apreciação e votação, nos termos do artigo sexto do Decreto-lei número trezentos e cinco/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, conjugado com o constante da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro e alínea n) do número dois do artigo cinquenta e três, ambos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, o seguinte:-----

--- a) Modelo de estrutura orgânica, conforme expressamente mencionado no artigo oitavo do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém;-----

--- b) Estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas, nos termos e moldes assentes no artigo nono do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém;-----

--- c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, nos termos e moldes assentes no artigo décimo do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém;-----

--- d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas, nos termos e moldes assentes no artigo onze do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém;-----

--- e) Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto

remuneratório dos chefes de equipa, nos termos e moldes assentes no artigo doze do Regulamento dos Serviços do Município de Santarém; -----

--- f) Regulamento dos Serviços do Município de Santarém (anexo I);-----

--- g) Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau, nos termos do artigo vinte e quatro da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, com efeitos retroagidos a trinta de agosto de dois mil e doze.” -----

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Regulamento dos Serviços Municipais de Santarém, nos termos da alínea n) do número dois do artigo cinquenta e três, ambos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e catorze abstenções.-----

--- Pelo senhor **Francisco Madeira Lopes** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto: -

--- “A CDU absteve-se na votação desta proposta que advém da aplicação de uma Lei com a qual não concordamos, mais uma que nasce do memorando da Troika, com critérios ínvios apenas assentes na população, sem ter em conta o número de trabalhadores nem o território. A proposta apresentada pelo PSD vai para além desta Lei pelo que a CDU não poderia dar o seu consentimento a essa proposta”.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** propôs que os **Pontos Três e Quatro** fossem discutidos em conjunto, sendo a votação feita em separado, tendo o Plenário concordado.

--- **PONTO TRÊS – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e treze**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro”.-----



**--- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E TREZE.-----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e treze**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Bruno Góis** que começou por afirmar que o Executivo Municipal perdeu uma oportunidade para reorganizar os serviços municipais de forma melhor, apesar dos constrangimentos da Lei.-----

--- Referiu tratar-se de mais um Orçamento da desgraça. Desde a campanha eleitoral de dois mil e cinco, que o PSD tem como constante prioridade, por cumprir, o pagamento das dívidas, lembrando que já por diversas vezes aqui nesta Assembleia se assinalou o milagre da multiplicação da dívida que, no seu entender, com o resgate financeiro aprovado na última sessão da Assembleia o PSD assinou o seu atestado de incompetência para governar Santarém.-----

--- Prosseguiu, salientando que a receita do veneno são orçamentos como este que todos os anos preveem receitas imaginárias com a agravante de se criar despesa para essas receitas surreais, com consequências para o equilíbrio orçamental.-----

--- Criticou que num momento em que se exigia o reforço do apoio às famílias e às pequenas empresas a autarquia não responda positivamente, sublinhando que na Grandes Opções do Plano oito vírgula trinta e oito por cento do esforço vai para o pagamento da dívida, enquanto apenas um vírgula sessenta e quatro por cento se destina à ação social.

--- Concluiu, considerando que não tivesse sido o dinheiro desboroadado em apostas culturais que não apoiaram a economia local, passando por investimentos em projetos falhados, certamente haveria mais algum dinheiro para apoiar as famílias e as pequenas empresas.-----

--- Depois, interveio o senhor **José Luís Cabrita** que referiu que, para dois mil e treze, esperava que o Executivo apresentasse um Orçamento de base zero, pois, no Plano de Saneamento Financeiro que apresentou na Assembleia do passado dia vinte de dezembro, previa alterar o Orçamento de dois mil e doze para um de base zero. Para dois mil e treze, o Executivo de maioria PSD não apenas não apresenta um Orçamento de base zero como nem sequer inclui nele os efeitos do plano aprovado por esta Assembleia de forma a *permitir nos próximos anos um ajustamento do orçamento à realidade*, conforme no citado documento, o que, em seu entender, demonstra que o Executivo do PSD, não acredita na aprovação do Plano de Saneamento Financeiro apresentado. -----

--- Sublinhou que o senhor Presidente da Câmara, na apresentação refere que: *“O orçamento de dois mil e treze é ainda de extrema importância para a resolução das dívidas a fornecedores, juntas de freguesias, associações culturais recreativas e desportivas e demais parceiros do Município de Santarém, tudo com o firme propósito de sanear as contas da autarquia e de dinamizar a economia local.”*. No entanto, na proposta apresentada não vislumbra qualquer medida nesse sentido. É verdade que, nas GOPs, a maioria dos investimentos previstos já se encontram concluídos, muitos deles iniciados há vários anos, mas estão longe de contemplar a maioria da dívida do Municípios de Santarém. -----

--- Ao contrário do referido na introdução à Análise da Situação Financeira, os documentos previsionais não têm tido para a Câmara Municipal de Santarém *uma importância primordial para a gestão autárquica*. Pois, se tivessem tido, a situação económica e financeira do Município de Santarém não se encontrava na atual situação, pois, também ao contrário do que está escrito, não se verificou nos últimos anos qualquer ajustamento orçamental. Antes pelo contrário, aquilo a que se assistiu foi a um crescente desajustamento orçamental que o Executivo do PSD teima em prosseguir. -----

--- Salientou que no capítulo das receitas, prevê-se verbas que vão transitando de orçamento para orçamento sem qualquer concretização. É verdade que, para dois mil e treze, elas não estão discriminadas, mas lá vêm as rendas que nunca são recebidas e as receitas provenientes da venda de património que nunca é vendido. A receita da alienação de quarenta e nove por cento do capital social da Empresa Águas de Santarém

continua a figurar no orçamento apesar de ser cada vez mais duvidoso que este negócio se concretize e, caso ele se realize, o dinheiro já ter destinatário certo, sendo aprovado o Plano de Saneamento Financeiro.-----

--- Por outro lado, no capítulo das despesas também muitas interrogações se levantam: Desde logo, o que se encontra escrito no que respeita à previsão do aumento das transferências de capital para as freguesias, pois, da leitura dos números, o que se verifica é uma acentuada descida neste capítulo – aliás reconhecida noutra capítulo da proposta de orçamento, onde consta expressamente que: “*A diminuição nas Transferências de capital em quatro vírgula nove por cento, relaciona-se com a diminuição das transferências a efetuar para as freguesias*”. -----

--- Acrescentou que também as transferências correntes para as associações culturais e associações de bombeiros diminuem bastante, realçando que a ser aprovado o Plano de Saneamento Financeiro elas ainda serão mais reduzidas, para não dizer nulas.-----

--- Prosseguiu, o que verdadeiramente sobe, é o subsídio para a empresa Viver Santarém, o que é compreensível pois doutra forma ela rapidamente entraria em situação de falência, o que confirma a justeza do voto da CDU contra a sua constituição e a das empresas que a ela deram origem, pelo que continua convicto de que os serviços municipais fariam de igual forma o trabalho desta empresa, e muito mais barato. -----

--- Disse não entender a anunciada reestruturação do Jardim das Portas do Sol. Trata-se de um jardim que, ainda não há muitos anos, sofreu uma profunda remodelação – para pior, na sua modesta opinião, e não só – onde foram gastos milhares de euros. -----

--- Frisou que a reparação e remodelação do mercado municipal fica, mais uma vez, adiada, assim como não verifica a inscrição de qualquer verba para a construção da “via rápida” para Alcanede cujo projeto já estava concluído há dois anos, conforme nos foi dito então pelo Dr. Moita Flores e para a qual a Câmara de Santarém, se não estamos enganados, até recebeu verbas da Estrada de Portugal.-----

--- Disse não entender, igualmente, a consagração de verbas nas GOPs para o cluster do cavalo, dado ser sua convicção que este projeto já tinha sido abandonado, até pelas declarações prestadas à comunicação social pelos anunciados parceiros, assim como em

relação à propaganda “cidade dos mortos”, que pelos vistos, também já foi, apesar dos milhares de euros gastos.-----

--- Concluiu, afirmando que se está não perante um romance, como foi hábito nos últimos anos, mas perante uma lista de intenções que, no fundamental, se resume ao pagamento de algumas – poucas – dívidas, e a manutenção – mal – dos serviços municipais.-----

--- Seguidamente, a senhora **Idália Serrão** afirmou que da leitura que faz do documento em apreço é que este se apresenta como um orçamento descredibilizado, com um número elevado de rubricas no montante de dez euros de modo a evitar revisões orçamentais, considerando que um orçamento deve ser o mais real possível.-----

--- Referiu estarem previstos dezassete milhões de euros em rendimentos de propriedade cujo valor será reajustado em dois mil e treze de acordo com a materialização do plano de saneamento financeiro, querendo saber o que é que se pretende reajustar.-----

--- Frisou que o orçamento prevê também cerca de seis milhões e setecentos mil euros da venda de bens imóveis, questionando que bens vão ser vendidos.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre os quinze milhões de euros de ativos financeiros previstos.-----

--- Perguntou a que se deve a verba inscrita para a alteração obrigatória ao posicionamento remuneratório, tendo em conta que as progressões nas carreiras da função pública estão congeladas.-----

--- Prosseguiu, solicitando esclarecimentos no tocante às verbas para alimentação e refeições confeccionadas e transportes escolares, assim como quantas escolas e alunos irão ser abrangidos e qual a taxa de cobertura.-----

--- Considerou que o executivo do PSD não tem uma estratégia para o concelho de Santarém, continua a fazer intervenções avulsas, sublinhando que se está perante um Executivo que tem medo de investir no concelho e nas pessoas, que se reduziu à mera gestão da dívida do Município. Acrescentou que, na sua opinião, o desenvolvimento do concelho não pode ficar comprometido, concluiu.-----

--- Depois, interveio o senhor **Nuno Cardigos** que considerou que o documento em apreço se enquadra na realidade socioeconómica do país, sendo um orçamento elaborado

com rigor que pretende resolver a curto prazo situações financeiras dos agentes económicos do concelho. -----

--- Realçou que o plano de saneamento financeiro obriga a que as despesas tenham uma redução significativa, enquanto os investimentos têm de ser mínimos. -----

--- Destacou a redução de custos na ordem dos vinte e um por cento, entre dois mil e nove e dois mil e treze. -----

--- Prosseguiu referindo-se às despesas de investimento para dois mil e treze, realçando que do total cabimentado, dezoito vírgula sessenta e sete por cento destina-se a escolas, vinte e dois vírgula sessenta e oito por cento vão para a construção e reparação de viadutos e arruamentos e quinze vírgula trinta e sete por cento para parques e jardins do concelho. Ou seja, cinquenta e seis vírgula setenta e dois por cento desta verba vai beneficiar diretamente a população do concelho de Santarém. -----

--- Concluiu, este investimento só é possível através de uma redução de custos efetiva que tem vindo a ser feita e que irá prosseguir. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Nestal** que referiu que no orçamento consta a venda da participação que o Município de Santarém tem na Empresa das Águas de Santarém no valor de quinze milhões de euros, perguntando em que fase se encontra o processo da venda dessa participação. -----

--- Tomou a palavra de seguida a senhora **Catarina Campos** que considerou que o presente orçamento demonstra uma tentativa de aproximação à realidade que a maioria do PSD em Santarém, ano após ano, teimou em viver num mundo de fantasia incluindo em orçamento receitas fictícias que contribuíram para o aumento descontrolado da despesa e consequentemente da dívida da autarquia, -----

--- Discordou tratar-se de um documento de rigor, perguntando se rigor é ter um orçamento de setenta e oito milhões de euros, apenas três milhões de euros inferior ao de dois mil e doze, com uma taxa de execução muito baixa. Assim como se rigor é continuar a ter como receita a venda do capital social da Empresa das Águas de Santarém; aumentar as transferências para a empresa Viver Santarém em mais de cinquenta por cento, diminuindo em cerca de dois milhões de euros o investimento na educação. Questionou ainda se rigor é ter em rubricas de “outros” cerca de dezasseis por

cento do total do orçamento.-----

--- Prosseguiu, solicitando esclarecimentos no tocante a um conjunto de rubricas quer do lado da receita quer do lado da despesa. -----

--- Quis saber em relação às Grandes Opções do Plano a que se deve o valor inscrito para o Jardim das Portas do Sol, uma vez que este espaço foi recentemente objeto de requalificação. -----

--- Concluiu, referindo que não foi dado conhecimento aos membros desta Assembleia do Orçamento da Empresa das Águas de Santarém para dois mil e treze. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** referiu no tocante a este Orçamento que houve a preocupação de não inventar nada. -----

--- Esclareceu que a verba referente ao Jardim das Portas do Sol é para pagamento da obra já realizada. -----

--- No que concerne à Empresa das Águas de Santarém referiu que existe um contrato que foi assinado e outro que ainda não transitou em julgado.-----

--- Considerou haver património que é vendável que, certamente, vale mais do que o valor que está avaliado, designadamente no que diz respeito à Escola Prática de Cavalaria, razão pela qual continuam a constar em orçamento. -----

--- Esclareceu, no tocante à verba para a Empresa Viver Santarém, que esta prende-se com o contrato programa assinado com esta empresa que define as tarefas que a mesma irá realizar. -----

--- Relativamente ao reposicionamento nas carreiras informou que estes dizem respeito aos auxiliares de ação educativa na sequência do protocolo assinado com o Ministério da Educação em dois mil e dez, sublinhando que o Governo, na altura, alterou os pressupostos tendo o Município de Santarém ficado com um número de funcionários superior ao que inicialmente estava previsto. -----

--- Salientou que o Executivo Municipal não tem medo do futuro e de investir, contudo existe um grande sentido de responsabilidade nos investimentos a realizar, adiantando que teve a oportunidade de informar os senhores presidentes de junta que iria reduzir as verbas para as freguesias. -----

--- Concluiu, salientando que não se irá desviar deste caminho que é importante na

resolução da situação atual.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e treze**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, catorze votos contra e três abstenções.-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Votei a favor porque o orçamento para dois mil e treze, agora aprovado, diminuiu em relação ao de dois mil e doze e porque entendo que o Município sem orçamento não pode funcionar.-----

--- Aproveito para sugerir que seja criada no âmbito desta Assembleia uma comissão de acompanhamento do orçamento constituída por todas as forças partidárias com assento nesta Assembleia”.-----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Mapa de Pessoal para dois mil e treze**, nos termos das alíneas b) e o), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções.-----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – EXERCÍCIO DOIS MIL E DOZE E DOIS MIL E TREZE – ADJUDICAÇÃO. ----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, tenho a honra de propor à aprovação da Exma. Assembleia a nomeação da empresa Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, SROC, para a prestação de serviços de auditoria externa das contas do Município de Santarém – Exercícios de dois mil e doze e dois mil e treze, nos termos do disposto do número dois do artigo quarenta e oito, da lei

número dois/dois mil e sete, de quinze de janeiro (Lei das Finanças Locais).” -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Contratação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município de Santarém – Exercício dois mil e doze e dois mil e treze – Adjudicação, nos termos do disposto do número dois do artigo quarenta e oito, da lei número dois/dois mil e sete, de quinze de janeiro (Lei das Finanças Locais), tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e nove votos a favor, catorze votos contra e três abstenções. -----

--- Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- O senhor **Bruno Góis**:-----

--- “Regista-se a insistência do PSD em defender a Lei dos Compromissos sozinho e em violar a Lei dos Compromissos sozinho. O Bloco de Esquerda votou contra porque não compactua nem com a tragédia do apoio à Lei nem com a farsa de se dizer que se cumpre a Lei quando objetivamente se viola a mesma”. -----

--- **Pelos eleitos da Bancada da CDU**:-----

--- “Os eleitos da CDU abaixo assinados, declararam que votaram contra o **Ponto Cinco** da Ordem de Trabalhos da reunião da ordinária de vinte de dezembro de dois mil e doze da Assembleia Municipal de Santarém, relativo a Contratação de Serviços de Auditoria Externa das Contas, por entenderem que a proposta submetida pela Câmara Municipal de Santarém, se encontram viciadas por violação da lei expressa, designadamente o disposto no artigo cinco da Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (Lei dos Compromissos), importando responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória (artigo onze do mesmo diploma) requerendo, para os efeitos do disposto no artigo vinte e oito, número dois, do Código do Procedimento Administrativo e artigo noventa e três, número três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de setembro, (na redação da Lei cinco-A/dois mil e doze de onze de janeiro), o registo na ata de voto vencido”. -----

--- **Pelos eleitos da Bancada do PS**:-----

--- “Os eleitos e inerentes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santarém, votaram contra o **Ponto Cinco** Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Santarém ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e doze, uma vez



que esta proposta viola o preceituado na Lei dos Compromissos aprovada pela Lei número oito/dois mil e treze de vinte e um de fevereiro”.

**--- PONTO SEIS – PROPOSTA PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, PARA INSTALAÇÃO DE POSTOS DE SINALÉTICA DIRECIONAL, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SANTARÉM. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea q) do número dois do artigo cinquenta e três, conjugado com a alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, ambos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, que delibere autorizar a Câmara Municipal a concessionar a exploração de espaços públicos para instalação de postos de sinalética direcional, no perímetro urbano da Cidade de Santarém, com os fundamentos expostos na informação número vinte e seis do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística”.

--- Dada a ausência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta para a Abertura de Procedimento para a Concessão do Direito de Exploração de Espaços Públicos, para Instalação de Postos de Sinalética Direcional, no Perímetro Urbano da Cidade de Santarém**, nos termos da alínea q), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

**--- PONTO SETE – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA – COMPROMISSO PLURIANUAL. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos da alínea c), do número um, do artigo seis, da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, que delibere autorizar a assunção de compromisso plurianual no âmbito da abertura de

procedimento para “contratação de serviços de teleassistência domiciliária”, com os fundamentos expostos na informação nº noventa e dois, do Núcleo de Contratação Pública, que se anexa”. -----

--- Interveio o senhor **Manuel Pedroso** que considerou importante o serviço de teleassistência para a salvaguarda das pessoas mais idosas com dificuldades financeiras e que vivam sozinhas, sendo este um procedimento que se enquadra nas exceções contempladas na Lei dos Compromissos, pelo que o PSD irá votar favoravelmente. -----

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Contratação de Serviços de Teleassistência Domiciliária – Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual, nos termos da alínea c), do número um, do artigo seis, da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e sete votos a favor, catorze votos contra e três abstenções. -----

--- Foram efetuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- **Pelos eleitos da Bancada da CDU:**-----

--- “Os eleitos da CDU abaixo assinados, declararam que votaram contra o **Ponto Sete** da Ordem de Trabalhos da reunião da ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e doze da Assembleia Municipal de Santarém, relativo a Contratação de Serviços de Teleassistência Domiciliária, por entenderem que a proposta submetida pela Câmara Municipal de Santarém, se encontra viciada por violação da lei expressa, designadamente o disposto no artigo cinco da Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro (Lei dos Compromissos), importando responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória (artigo onze do mesmo diploma) requerendo, para os efeitos do disposto no artigo vinte e oito, número dois, do Código do Procedimento Administrativo e artigo noventa e três, número três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove de dezoito de setembro, (na redação da Lei cinco-A/dois mil e doze de onze de janeiro), o registo na ata de voto vencido”. -----

--- **Pelos eleitos da Bancada do PS:**-----

--- “Os eleitos e inerentes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santarém, votaram contra o **Ponto Sete** Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Santarém

ordinária realizada no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e doze, uma vez que esta proposta viola o preceituado na Lei dos Compromissos aprovada pela Lei número oito/dois mil e treze de vinte e um de fevereiro” .-----

**--- PONTO OITO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, EM, SA. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, e nos termos e ao abrigo da alínea l) do número dois do artigo cinquenta e três, e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, cabe-me propor a essa Assembleia a aprovação das alterações dos Estatutos da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA, que se anexam.”.-----

--- Dada a ausência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Alteração dos Estatutos da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. -----

**--- PONTO OITO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM, EM, SA. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, e nos termos e ao abrigo da alínea l) do número dois do artigo cinquenta e três, e alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, cabe-me propor a essa Assembleia a aprovação das alterações dos Estatutos da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA, que se anexam.”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que salientou que o mandato dos órgãos sociais da empresa deveria coincidir com o mandato dos órgãos municipais.-----

--- Referiu-se à possível alienação do capital social da empresa, considerando que o artigo quatro dos estatutos contempla um fuga à obrigatoriedade de trazer a esta Assembleia a discussão e decisão da venda do capital social, com a agravante das ações vendidas poderem ser transacionadas livremente. -----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que caso ocorra a alienação do capital social da empresa esse assunto, depois de aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, será sempre remetido para os órgãos do município.-----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Alteração dos Estatutos da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. -----

--- **PONTO NOVE – PROPOSTA DE ESTATUTO REMUNERATÓRIO DA EMPRESA VIVER SANTARÉM, EM, SA.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de dezembro de dois mil e doze, cabe-me propor à Exma. Assembleia nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, a apreciação e votação do Estatuto Remuneratório da Empresa Viver Santarém – Sociedade de Cultura, Desporto, Turismo e Gestão Urbana de Santarém, EM, SA, que se anexa”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que considerou que, no seu entender, a proposta em apreço não está em condições de ser votada dado que se refere ao estatuto remuneratório da empresa CUL.TUR. -----

--- Afirmou que sendo a CDU contra a constituição da empresa municipal Viver

Santarém, em coerência, a sua bancada irá votar contra esta proposta. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Segurado** que sublinhou o que disse o anterior orador, referindo que a bancada do PS irá votar contra a proposta em apreço.

--- Depois o senhor **Vereador António Valente** clarificou que aquilo que está em discussão é o estatuto remuneratório da empresa municipal Viver Santarém. -----

--- Após o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Estatuto Remuneratório da Empresa Viver Santarém, EM, SA, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, treze votos contra e três abstenções. -----

--- Pelo senhor **Bruno Góis** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Tendo sido o Bloco de Esquerda contra a constituição da empresa municipal Viver Santarém e não colocando objeção à justa remuneração dos trabalhadores, o voto contra resulta da coerência em defesa da extinção da empresa com o regresso das funções e dos funcionários aos serviços municipais”. -----

**-- PONTO DEZ – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.**-----

--- Pelo senhor **Aires Lopes** foi apresentada a seguinte recomendação:-----

--- “Como é do conhecimento do CDS-PP, o estado em que se encontra o pavimento das artérias das ruas de Santarém, em especial no centro histórico, carece de melhorias.-----

--- Perante este cenário, que de novo nada tem, pouco tem sido feito. Grande parte do que tem sido feito reduz-se à manutenção do saneamento básico, situado por baixo do pavimento. A cada esquina deparamo-nos com os "remendos" de alcatrão que são colocados provisoriamente, tomando-se definitivos, não resolvendo o problema. -----

--- O facto das vias de circulação automóvel/pedonais serem revestidas de calçada, paralelos ou seixos rolados é um problema grave para quem nelas circula. As depressões que se encontram no pavimento e o abatimento do mesmo, em certos locais, e caixas de esgoto sem tampa são fatores de perigo.-----

--- Sabendo-se que a predominância do pavimento no centro histórico é o revestimento com paralelos, completada com alguma "calçada à portuguesa" e seixos (em algumas ruas), entendemos que a sua manutenção e renovação deva ser mais cuidada para que não ponha em dificuldade a circulação dos peões. Tendo em conta o exposto, temos conhecimento de quedas, algumas resultando em lesões. Constatamos também que a circulação de carrinhos de bebé e de cidadãos com dificuldades de locomoção, que se deslocam em cadeira de rodas, está dificultada. -----

--- Considerando os factos atrás expostos e para o bem estar de todos os que circulam nesta cidade, o CDS-PP apresenta a seguinte recomendação a ser votada em Assembleia Municipal:-----

--- Que a Câmara Municipal de Santarém diligencie esforços para a reparação do pavimento das ruas do centro histórico.-----

--- Estes arranjos trarão vantagens para todos, visto que os mesmos irão evitar acidentes.

--- Aquando das reparações dos pavimentos e à semelhança do que ocorre em muitas outras cidades, que seja colocada uma passadeira longitudinal no eixo das principais - vias (com revestimento de material antiderrapante). Deste modo fica facilitada a circulação das pessoas. -----

--- Desta forma, como melhoramento do piso das ruas, o nosso objetivo é, por um lado, incentivar as pessoas que agora evitam o centro histórico a frequentá-lo e a circularem a pé com maior segurança e mais regularidade, ajudando a dinamizar o comércio local, minimizando simultaneamente o risco de lesão e melhorando o conforto de todos.-----

--- Assim, o CDS-PP propõe a aprovação desta recomendação na Assembleia Municipal do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e doze.” -----

--- Após a apreciação da Recomendação em epígrafe, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a mesma a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pela Bancada do PSD foi apresentado o seguinte Voto de Pesar: -----

--- “José Luís Nazareth Barbosa, faleceu no passado dia vinte e um de novembro, aos oitenta e cinco anos, no Hospital de Santarém, após doença prolongada.-----

--- Era conhecido na nossa cidade como Poeta e ligado á Orquestra Típica Scalabitana, onde foi apresentador, declamador, letrista de serviço e escreveu canções para vários

artistas locais.-----

--- Tinha uma vida multifacetada. Foi radialista e diretor de programas na rádio ribatejo em Santarém. Tirou cursos de teatro e de locutor. E foi através de um programa na rádio ribatejo, que visava a reinserção dos reclusos na comunidade, que recebeu um convite para trabalhar como assistente social na direção geral dos serviços prisionais, onde viria a fazer carreira. Esteve dois anos na Prisão do Linhó. Tirou um curso de psicologia criminal que com o bacharelato em psicologia e em assistência social que já tinha, deu lhe equivalência a licenciatura.-----

--- Posteriormente esteve dezoito anos no Estabelecimento Prisional de Alcoentre e mais dezoito anos no Estabelecimento Prisional de Caldas da Rainha como diretor, até se reformar aos sessenta e seis anos de idade.-----

--- Com a reforma, dedicou se de corpo e alma á sua paixão, a Poesia e á Orquestra Típica Scalabitana.-----

--- Foi alvo de diversas homenagens, entre as quais a da Junta de Freguesia de São Nicolau em Santarém, que o elegeu como "Personagem do Ano de dois mil e nove". ----

--- Assim a Assembleia Municipal de Santarém reunida em sessão ordinária em vinte e sete de dezembro de dois mil e doze, delibera aprovar um voto de profundo pesar pelo falecimento de José Luís Nazareth Barbosa, apresentando á sua família enlutada, as suas mais respeitosas e sentidas condolências.”-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Pesar em epígrafe tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu, nos termos do número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de janeiro, a votação a aprovação “em minuta” as deliberações tomadas na presente sessão, tendo sido **aprovadas por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo sido dada a palavra à senhora Teresa Vassalo que, na qualidade de Presidente da Comissão de

Moradores da Urbanização do Girão, agradeceu a colaboração do senhor Presidente da Câmara, Ricardo Gonçalves, na resolução de um problema na Urbanização do Girão.

--- Salientou que também gostaria de ver discutido nesta Assembleia obras para o Bairro do Girão.-----

--- Seguidamente, o senhor Vítor Alves que prestou o seguinte esclarecimento: -----

--- “Dirijo-me a V. Excelências através de uma intervenção escrita para que a mesma seja tão breve e clara quanto possível e possa, desse modo, constar como uma declaração rigorosa na ata desta Assembleia.-----

--- Desde a data que o atual Executivo da Junta de Freguesia de Almoester tomou posse, trinta e um de outubro de dois mil e nove, que o seu Presidente, Exmo. Sr. João de Oliveira Neves não se cansa de propalar através de palavras, atos e comunicados de imprensa, a ideia de que "o anterior Executivo desviou dinheiro e contraiu dívidas de forma descontrolada, deixando a Junta de Freguesia em situação ruínosa".-----

--- Aproveitando a circunstância de hoje e aqui se apreciar, discutir e eventualmente aprovar o último Orçamento Municipal do presente mandato, não descuramos a possibilidade de vir explicar perante V. Exas. as verdadeiras razões que determinaram a lamentável situação financeira da Junta de Freguesia de Almoester registada em trinta de outubro de dois mil e nove, último dia do nosso mandato.-----

--- Como todos sabeis e, destacadamente, os vinte e oito Presidentes de Junta de Freguesia que integram a Assembleia Municipal incluindo, portanto, o Exmo. Sr. João de Oliveira Neves, as Freguesias do Concelho de Santarém dependem no essencial das verbas transferidas mensalmente pela Câmara Municipal, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Competências.-----

--- No caso de Almoester, esse valor, cerca de dez mil euros, representava então aproximadamente sessenta por cento do total das receitas.-----

--- Ora, o que é que se passou durante o mandato de dois mil e cinco/dois mil e nove?---

--- Um – Até sensivelmente meio do exercício, abril de dois mil e sete, a Câmara Municipal de Santarém cumpriu com razoável regularidade esse compromisso;-----

--- Dois – A partir dessa data, as falhas de transferências foram-se agravando, colocando progressivas dificuldades de tesouraria, pondo em risco o pagamento de salários e o



ressarcimento de fornecedores; -----  
--- Três – Em abril de dois mil e oito, as dívidas da Câmara para com a Junta de Freguesia rondavam os quarenta mil euros e, não cessando de se agravar, esses mesmos pagamentos devidos pela Câmara nunca mais foram atempados nem regulares até ao fim do mandato; -----  
--- Quatro – A ausência de qualquer resposta concreta perante insistentes reclamações junto do então Presidente Moita Flores e do atual Presidente Ricardo Gonçalves, na altura Vereador responsável pelo acompanhamento das Freguesias, conduziu-nos a assumir um conjunto de medidas extraordinárias de gestão:-----  
--- a) Em dezanove de julho de dois mil e oito, sob a ameaça de uma rutura financeira impeditiva do pagamento de vencimentos aos trabalhadores o Executivo deliberou auto suspender o recebimento das compensações mensais que nos eram devidas pelo exercício dos cargos respetivos, no valor de seiscentos e noventa e quatro euros e vinte sete cêntimos;-----  
--- b) Em setembro de dois mil e oito e visando a liquidação de salários, Vítor Alves avança com um adiantamento pessoal de três mil e duzentos euros; -----  
--- c) Em dezanove de novembro de dois mil e oito, novamente em vésperas de liquidação de salários e sem que a situação, apesar das muitas promessas da Câmara Municipal de Santarém, se alterasse, decidimos recorrer à transferência de cinco mil euros de uma conta a prazo da Junta de Freguesia, consignada à construção do Lar de Terceira Idade de Almoester; -----  
--- Nota: Como sempre afirmamos, esse valor seria repostado logo que a Câmara liquidasse o que nos era devido. -----  
--- d) Em janeiro de dois mil e nove a C.M.S. disponibilizou a verba de cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e um euros e um cêntimo para que efetuássemos o pagamento de duas obras realizadas: vinte mil novecentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos € para liquidação da empreitada de Pavimentação da Rua Vinte e Cinco de abril, em Casal da Charneca, e trinta e três mil novecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e um cêntimos para o pagamento da Requalificação da Praça Vasconcelos Coutinho, em Almoester;-----

--- e) Ainda em janeiro de dois mil e nove procedemos ao pagamento da empreitada da Rua Vinte e Cinco de abril, decidindo a Junta de Freguesia por minha insistente persistência, efetuar a liquidação do Arranjo da Praça Vasconcelos Coutinho no mês seguinte (supondo eu, Vítor Alves, que entretanto a Câmara nos pagaria, parte do que nos devia... -----

--- f) Daí em diante e até ao final do mandato, em trinta de outubro de de dois mil e nove, esta asfixiante situação financeira criada e agravada pela Câmara Municipal de Santarém não conheceu alterações e desembocou na já célebre penhora que o BNP Parisbas (entretanto adquirente da massa falida do Empreiteiro) moveu à Junta de Freguesia de Almoester. -----

--- No final do anterior mandato da responsabilidade da CDU, o valor que nos era devido pela Câmara Municipal de Santarém ascendia a cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e oito euros e noventa e oito cêntimos e o montante de valores devidos a terceiros somava quarenta e sete mil oitocentos e setenta e três euros e quarenta e seis cêntimos.--

--- Segundo o Exmo. Sr. João de Oliveira Neves, depois de instado em Assembleia de Freguesia de Almoester realizada em junho de dois mil e dez, a dívida da Câmara Municipal de Santarém para com a Junta de Freguesia rondaria os noventa mil euros.” --

--- O senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, informou que iria apresentar os devidos esclarecimentos, em relação à intervenção do senhor Vítor Alves, na próxima sessão da Assembleia. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dado por concluído o Período de Intervenção do Público. -----

--- Eram vinte e três horas e quinze minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----